



Razões para mudar

Criando uma voz para agricultores familiares e assalariados rurais por meio do próximo Acordo Internacional do Café



Oromia Coffee
Farmers
Cooperative Union



Uganda Coffee Trade
Federation (UCTF)



National Union of
Coffee Agri-businesses
and Farm Enterprises
(NUCAFE)



Karnataka
Growers
Federation



Foro
Del Café





Razões para mudar

I.	Resumo executivo	3
II.	Introdução.....	4
III.	Uma chamada para a ação: a relevância da OIC para um setor cafeeiro sustentável.....	5
IV.	O setor privado e a sociedade civil na promoção da sustentabilidade: um passo importante, mas não uma panacéia	7
V.	O papel singular do Acordo Internacional do Café: alavancando políticas para promover o desenvolvimento sustentável	8
VI.	Recomendações.....	8
VII.	Conclusão.....	11
VIII.	Anexo 1: A <i>Carta de Salvador</i> – Declaração de Salvador	12
IX.	Anexo 2: Proposta para o estabelecimento de um comitê de sustentabilidade da OIC, documento de trabalho da diretoria executiva no. 960/04	14
X.	Anexo 3: estrutura recomendada para um Conselho Consultivo do Setor Privado Ampliado.....	18
XI.	Anexo 4: O Fundo de parceria de Bali da ITTA como um modelo para um “Fundo de Parceria pela Sustentabilidade”.....	19



Razões para mudar

I. Resumo Executivo

O café é um produto essencial para os meios de vida de milhões de domicílios rurais nos países em desenvolvimento. Agricultores e agricultoras familiares produzem mais de 75% do café consumido no mundo. No entanto, a volatilidade do mercado e as condições de comercialização cada vez mais difíceis, além de um acesso inadequado a infra-estrutura, recursos financeiros e informações mercadológicas, estão impedindo a sustentabilidade dos meios de vida de milhões de famílias que vivem em áreas rurais. O mercado do café continua a ilustrar a necessidade de atacarmos a crise que vem afetando o setor dos produtos primários (commodities) em escala mundial e prejudicando o desenvolvimento de muitos países. Agricultores e agricultoras familiares e assalariados e assalariadas rurais têm sido particularmente afetados pela crise. Eles têm sofrido problemas relacionados ao fenômeno das migrações e ao aumento da produção de culturas ilícitas, que geram um círculo vicioso de instabilidade social em nível local e regional – tendências que têm implicações para o interesse global em garantir a paz e a estabilidade.

Nas últimas duas décadas, o setor privado, ONGs, e consumidores têm reagido aos desafios enfrentados pelos produtores de café, lançando diversas iniciativas de orientação mercadológica envolvendo múltiplas partes interessadas. Sistemas de certificação como os usados pelo *Fair Trade*, *Organic*, *Utz Kapeh* e a *Rainforest Alliance* têm constantemente registrado taxas de crescimento que superam as taxas gerais do mercado do café. Evidências concretas sugerem que essas iniciativas podem criar múltiplos benefícios para agricultores e agricultoras familiares e assalariados e assalariadas rurais que vivem da produção do café. No entanto, a crescente diversidade dessas iniciativas também gerou novos obstáculos, custos e incertezas que têm restringido o acesso ao mercado por parte dos que dele mais precisam. As dificuldades enfrentadas por essas iniciativas representam um grande desafio para o desenvolvimento sustentável no lado da produção da cadeia de abastecimento. Pela atenção que dedica às condições macroeconômicas do mercado mundial do café, a Organização Internacional do Café (OIC) é um espaço propício para maximizarmos os impactos de iniciativas voluntárias relacionadas à cadeia de abastecimento sobre a sustentabilidade.

Segundo o disposto no Artigo 52 do Acordo Internacional do Café (AIC) de 2001, o acordo deverá expirar em 30 de setembro de 2007. Na II Conferência Mundial do Café, realizada em setembro de 2005, diversas organizações apresentaram a *Carta de Salvador* – a Declaração de Salvador – à Organização Mundial do Café e a seus delegados. Essa carta enfatiza os efeitos da crise do café para agricultores e agricultoras familiares e assalariados e assalariadas rurais. As discussões que estão sendo travadas na OIC sobre o futuro do Acordo Internacional do Café oferecem uma oportunidade histórica para atacarmos a crise que estas pessoas estão enfrentando, porque podem contribuir para garantir a existência de cadeias de oferta de café sustentáveis.

A OIC é o único fórum dedicado a discutir questões relacionadas ao café em nível internacional e a organização deve atuar como um ponto focal para a cooperação internacional em torno do desenvolvimento de uma economia cafeeira sustentável. O fato de a OIC reunir países importadores líquidos de café e exportadores para discutirem e desenvolverem estratégias globais *compartilhadas* oferece uma importante oportunidade para a definição e implementação de um sistema de comércio equitativo e participativo. A negociação do próximo AIC oferece uma rara oportunidade para fortalecermos o espírito básico da governança participativa que a OIC tem personificado até o presente momento. Apresentamos abaixo uma série de recomendações específicas para ampliarmos o alcance da organização no sentido de envolver agricultores e agricultoras familiares e outros atores não governamentais e criarmos estratégias específicas para o desenvolvimento de cadeias de abastecimento sustentáveis em nível internacional.

Recomendação 1: Num esforço para promover o entendimento comum e medidas para garantir a sustentabilidade do setor cafeeiro em nível global, a Organização Internacional do



Razões para mudar

Café deve estabelecer um “Comitê de Sustentabilidade”, usando o documento de trabalho *OIC WP Board 960/04* e o Comitê Consultivo da OIC do setor privado existente como pontos de referência.

Recomendação 2: Num esforço para ampliar o alcance do Conselho Consultivo do Setor Privado no sentido de incluir agricultores e agricultoras familiares entre seus membros, a representação total dos países exportadores deve ser ampliada de oito para 12 membros mediante o acréscimo de um representante de país exportador a cada “grupo de café” especificamente reservado para organizações de agricultores e agricultoras familiares.

Recomendação 3: De acordo com seu mandato de principal organismo responsável pela geração e divulgação de estatísticas globais para o setor cafeeiro, a Organização Internacional do Café deve estabelecer um “observatório do café” na Internet para divulgar dados agregados sobre níveis de preço para cafés diferenciados com base em aspectos geográficos, de “sustentabilidade” e outras condições de produção relacionadas à qualidade do produto.

Recomendação 4: Visando promover a participação sustentável de agricultores e agricultoras familiares no mercado, a OIC deve trabalhar com seus governos membros, o setor privado e grupos da sociedade civil no sentido de: a) estimular o acesso a créditos por parte de organizações de agricultores e agricultoras familiares descapitalizados; b) estabelecer instrumentos de gerenciamento de risco e ferramentas adequadas para serem usados por agricultores e agricultoras familiares; e c) organizar e administrar uma “câmara de compensação” para divulgar informações sobre projetos de assistência técnica implementados em países membros. A OIC deve também estabelecer um “Fundo de Parceria pela Sustentabilidade” voluntário para facilitar a participação de agricultores e agricultoras familiares no Comitê de Sustentabilidade e no Conselho Consultivo do Setor Privado, além de implementar melhores práticas de gestão e comercialização, promover a diversificação e fortalecer organizações de produtores.

II. Introdução

O colapso observado nos preços do café em 2001 gerou efeitos devastadores para dezenas de milhões de agricultores e agricultoras familiares e assalariados e assalariadas rurais em todos os países em desenvolvimento. Embora o preço internacional do café tenha melhorado recentemente, proporcionando algum alívio, a dinâmica do mercado cafeeiro não mudou a ponto de garantir uma estabilidade de longo prazo para as pessoas que estão na base da cadeia de abastecimento. O colapso registrado em 2001 ocorreu no contexto de uma tendência de longo prazo em função da qual produtores de café, assalariados e assalariadas rurais envolvidos em seu cultivo e países que são exportadores líquidos de café viram o valor do produto cair.

O café é um produto essencial para os meios de vida de milhões de domicílios rurais nos países em desenvolvimento. Agricultores e agricultoras familiares produzem mais de 75% do café consumido no mundo. A volatilidade do mercado e condições de comercialização cada vez mais difíceis, além de um acesso inadequado a infra-estrutura, recursos financeiros e informações mercadológicas, estão impedindo a sustentabilidade dos meios sustentáveis de vida de milhões de famílias rurais. O mercado do café continua a ilustrar a necessidade de atacarmos a crise que está afetando o setor dos produtos primários (commodities) numa escala mundial e impedindo o desenvolvimento de muitos países. Essa situação tem implicações diretas para o interesse global em garantir a paz e estabilidade.



Razões para mudar

As discussões que estão sendo travadas sobre o futuro do Acordo Internacional do Café oferecem uma oportunidade histórica para abordarmos a crise enfrentada por agricultores e agricultoras familiares e assalariados e assalariadas rurais que vivem da produção do produto, em função do seu potencial de contribuir para garantir a existência de cadeias de oferta de café sustentáveis. Na II Conferência Mundial do Café, realizada em setembro de 2005, diversas organizações apresentaram a *Carta de Salvador* – a Declaração de Salvador – à Organização Internacional do Café e seus delegados¹, que enfatizou os efeitos da crise do café na vida das pessoas. Essa carta exorta os membros da Organização Internacional do Café a apoiar organizações de agricultores e agricultoras familiares rurais e assalariados e assalariadas rurais garantindo um espaço adequado para a sua participação direta em debates internacionais, criando mecanismos que aumentem a disponibilidade de informações mercadológicas para os pequenos produtores e maximizando oportunidades para o desenvolvimento de estratégias internacionais coesas que garantam apoio técnico, acesso a créditos e acesso direto a mercados.

III. Uma chamada à ação: a relevância da OIC para um setor cafeeiro sustentável

Por ser uma das mais importantes commodities em termos de valor comercializado globalmente, o café é um produto essencial para a vida de milhões de domicílios rurais em todos os países em desenvolvimento. Além de garantir meios de vida para cerca de 25 milhões de agricultores e agricultoras familiares que dependem diretamente do café como sua principal fonte de renda, o café também contribui significativamente para gerar divisas e oportunidades de emprego e promover o desenvolvimento da infra-estrutura em mais de 50 países em desenvolvimento. A ampla e estreita relação entre produtores de café e muitas instituições intermediárias envolvidas na cadeia de fornecimento do produto tornam o setor crucial para o desenvolvimento sustentável em nível local, regional e global.

A crise continua para agricultores e agricultoras familiares e assalariados e assalariadas rurais

Preços instáveis e em queda no longo prazo são características marcantes do setor cafeeiro. Esses dois fatores geram grandes dificuldades para agricultores e agricultoras familiares que desejam ter meios de vida sustentáveis. Desde a década de 1980, a superoferta do produto nos mercados internacionais gerou uma queda de quase 70% nos preços nominais do café.² Os efeitos prejudiciais da deterioração das condições de comércio no longo prazo para os produtores de café são exacerbados pela alta volatilidade dos preços do produto. Nas últimas décadas, as receitas globais da exportação de café têm oscilado entre US\$5 bilhões e US\$14 bilhões por ano.³ Essa dinâmica dificulta em muito a definição de estratégias de produção otimizadas por parte de produtores de café e formuladores de políticas. Diante de um quadro de volatilidade do mercado e queda geral de receitas, a capacidade dos produtores de entrar em mercados mais lucrativos é afetada pela falta sistêmica de acesso a créditos, ferramentas de gestão de riscos, informações mercadológicas e assistência para acessarem mercados de valor agregado.⁴

As dificuldades enfrentadas pelo setor cafeeiro têm impactos diretos sobre o bem-estar social de agricultores e agricultoras, assalariados e assalariadas rurais e suas comunidades. Como os produtores de café tipicamente dependem do produto como sua principal fonte de renda em espécie, preços voláteis e em queda podem ter um impacto direto sobre o acesso à educação, moradia, alimentos, serviços médicos e outras necessidades básicas.⁵ Assalariados e assalariadas rurais envolvidos no cultivo do café frequentemente recebem salários abaixo do padrão e enfrentam condições de trabalho afetadas por condições de mercado incertas e declinantes.⁶ Quando em 2001 o



Razões para mudar

preço internacional do café atingiu seu mais baixo nível em 30 anos, milhões de produtores em todo o mundo enfrentaram grandes dificuldades e sofreram perdas de receitas. Em países como a Etiópia, nos quais uma grande parcela das receitas externas vem das exportações de café, famílias agricultoras ficaram impossibilitadas de arcar com suas despesas com educação e assistência médica em função da crise. Em toda a América Central, estima-se que 600.000 empregos foram perdidos em estabelecimentos rurais que produzem café.⁷ Essas condições têm sido associadas a migrações e ao aumento registrado na produção de culturas ilícitas, que geram um círculo vicioso de instabilidade social em nível local e regional.

O café e o meio ambiente

Embora a produção de café possa ser compatível com ecossistemas naturais quando administrada em bases sustentáveis, a introdução generalizada de monoculturas e seus sistemas de produção tecnificados têm representado uma ameaça para muitas regiões produtoras de café.⁸ Temos provas documentadas de que políticas públicas concebidas para aumentar a produtividade na América Latina geraram uma forte transição da produção tradicional de café à sombra para a produção ao sol ou à monocultura à sombra, reduzindo a biodiversidade e a capacidade das áreas afetadas de sequestrar carbono.⁹ Da mesma maneira, a produção de café foi identificada como uma causa importante do desmatamento observado na África.¹⁰ O fato de mais de 80% dos 11,8 milhões de hectares usados na produção de café em todo o mundo situarem-se em áreas onde anteriormente existiam florestas tropicais revela a importância global dos impactos ambientais gerados por essa produção.¹¹ Por último, a mudança para o uso de produtos químicos sintéticos associada a alguns sistemas de produção implica riscos diretos à saúde e segurança para trabalhadores em cafezais e suas comunidades.¹²

Uma oportunidade histórica: o papel desempenhado pela AIC para garantir uma produção sustentável

Os desafios sociais, econômicos e ambientais enfrentados pelo setor cafeeiro resultam de uma longa história de desenvolvimento inadequado de infra-estrutura, deficiências sistêmicas na cadeia de abastecimento e imperfeições mercadológicas. Embora esses desafios persistam, há uma nova esperança de que seja lograda uma maior sustentabilidade e estabilidade no setor em função de uma tendência crescente no sentido de se ter uma cadeia de abastecimento e relações de mercado mais transparentes, uma maior diferenciação no mercado e uma adoção intencional de “melhores práticas” em prol da sustentabilidade.

Nas duas últimas décadas, o mercado de cafés especiais tem crescido num ritmo bastante acelerado, gerando importantes oportunidades para a diversificação de produtores em mercados de valor agregado com base em características específicas de qualidade. Enquanto o mercado do café para consumo geral ou seu “mercado de massa” se estagnou, o crescimento registrado no mercado de cafés especiais tem gerado novas oportunidades importantes para agricultores e agricultoras familiares. O mercados de “cafés sustentáveis” certificados têm crescido num ritmo ainda mais acelerado e muitos selos de sustentabilidade tiveram um crescimento anual de mais de 20% nos últimos anos.¹³ Além da possibilidade de preços mais altos e estáveis, a participação em mercados diferenciados traz a promessa de maior eficiência e sensibilidade — elementos cruciais para uma maior sustentabilidade no setor cafeeiro. Na próxima década, a cooperação internacional deve, portanto, incluir estratégias para que essas tendências observadas no mercado sejam ampliadas e aproveitadas como uma prioridade-chave. A renegociação do AIC oferece uma oportunidade singular para um aprofundamento da cooperação multilateral entre essas iniciativas e também para uma maior cooperação entre os setores público e privado no desenvolvimento de cadeias de abastecimento sustentáveis.



Razões para mudar

IV. O setor privado e a sociedade civil na promoção da sustentabilidade: um passo importante, mas não uma panacéia

Nas últimas duas décadas, o setor privado, ONGs e consumidores lançaram diversas iniciativas de orientação mercadológica que envolvem múltiplos atores em resposta aos desafios enfrentados pelos produtores de café. Sistemas de certificação como os adotados pelo *Fair Trade*, a *Organic*, a *Utz Kapeh* e a *Rainforest Alliance* têm constantemente registrado taxas de crescimento que superam as taxas gerais do mercado do café.¹⁴ Temos provas de que, em diferentes graus, essas iniciativas têm o potencial de gerar múltiplos benefícios, inclusive melhorias nas seguintes áreas:

- Nas informações sobre mercados e na comunicação ao longo da cadeia de abastecimento¹⁵
- Na eficiência da cadeia de abastecimento de um modo geral¹⁶
- No desenvolvimento de capacidades e infra-estrutura para os produtores¹⁷
- Nas condições ambientais relacionadas à produção¹⁸
- Nas condições de trabalho dos trabalhadores¹⁹
- No retorno econômico dos produtores²⁰
- No perfil dos riscos enfrentados por agricultores²¹
- Na participação mais equitativa na cadeia de abastecimento²²

No entanto, a crescente diversidade dessas iniciativas também gerou novos obstáculos, custos e incertezas que têm restringido um acesso pleno ao mercado por parte dos que mais precisam dele. Os desafios para garantirmos a eficácia de iniciativas relacionadas à cadeia de abastecimento à medida que elas se inserem nos mercados mais importantes incluem os seguintes:

- Incertezas crescentes em torno do total de custos e benefícios de iniciativas individuais²³
- Duplicação dos custos de transação para os produtores²⁴
- Acesso limitado a mercados por parte de produtores desprivilegiados²⁵
- Incapacidade de concorrer nos principais mercados que externalizam os custos sociais e ambientais da produção²⁶
- Falta de poupança, capital e créditos suficientes para a transição para cadeias de abastecimento sustentáveis
- Infra-estrutura e recursos insuficientes para participar do desenvolvimento e gestão das iniciativas e de seus correspondentes processos administrativos²⁷

As dificuldades enfrentadas por essas iniciativas representam um grande desafio para o desenvolvimento sustentável no lado da produção da cadeia de abastecimento. Por ser um fórum para debates e cooperação entre formuladores de políticas e outros atores de países que são importadores líquidos e exportadores de café, a OIC oferece um espaço importante para o desenvolvimento de estratégias que podem corrigir muitos dos problemas enfrentados por iniciativas voluntárias em prol de uma cadeia de abastecimento sustentável.



Razões para mudar

V. O papel singular do Acordo Internacional do Café: alavancando políticas para promover o desenvolvimento sustentável

Segundo o disposto no Artigo 52 do Acordo Internacional do Café (AIC) de 2001, esse acordo deve expirar em 30 de setembro de 2007. À luz desse fato, os membros da OIC começaram a debater o que o AIC deverá prever no futuro.

Desde a negociação do primeiro AIC, em 1962, até agora, os países membros têm usado o Acordo para facilitar a estabilidade e a retenção dos preços do café, principalmente por meio de uma gestão adequada de sua oferta e demanda nos mercados internacionais. O uso de cotas de exportação nos acordos internacionais do café assinados antes de 1989 como um mecanismo de controle da oferta (e, portanto, dos níveis de preço do produto) constitui um exemplo definitivo, mas não único, da abordagem macroeconômica que tem diferenciado o papel desempenhado pelo AIC até o presente momento.²⁸ Embora as estratégias econômicas da OIC tenham mudado, o enfoque da organização nas macrocondições do mercado e sua capacidade de responder confiavelmente às necessidades mercadológicas dos participantes por meio de mecanismos de cooperação multilateral a qualificam adequadamente para superar os desafios enfrentados por iniciativas voluntárias.

O papel histórico do AIC em relação à sustentabilidade

Os acordos internacionais em torno de produtos primários (commodities), como uma categoria de “cooperação internacional”, foram originalmente motivados, em parte, pelo desejo de “manter e desenvolver os recursos naturais do mundo e protegê-los contra um esgotamento desnecessário”.²⁹ O Acordo Internacional do Café de 2001 não é uma exceção. Além do compromisso geral previsto no Art. 1(2) de serem mantidos preços justos e remunerativos (o que se tornou cada vez mais difícil após a expiração das cláusulas econômicas do AIC), o Art. 1(6) e o Art. 39 do AIC estabelece explicitamente que os membros têm o compromisso de promover “uma economia sustentável para o setor cafeeiro”.³⁰ O Art. 40 prevê que os membros devem promover condições trabalhistas compatíveis com as convenções internacionais.

Agora mais do que nunca: a relevância atual da OIC em relação à sustentabilidade

A OIC é o único fórum dedicado a discutir questões relacionadas ao café em nível internacional e deve constituir um ponto focal para a cooperação internacional em torno do desenvolvimento de uma economia cafeeira sustentável. O fato de a OIC reunir países importadores líquidos e exportadores de café para discutirem e desenvolverem estratégias globais compartilhadas oferece uma importante oportunidade para a definição e implementação de um sistema de comércio equitativo e participativo. Com a entrada em vigor do AIC de 2001, os países membros ampliaram as funções da OIC como um fórum de cooperação em nível global que deve incluir o setor privado mediante o estabelecimento do Conselho Consultivo do Setor Privado ((PSCB) (Art. 22)). A disponibilidade de um fórum formal para discussões, interação e cooperação entre atores do setor privado e entre esses atores e formuladores de políticas públicas abriu um precedente que aumentou a capacidade da OIC de responder a interesses e perspectivas dos atores por meio de um processo de governança compartilhada. Continuando a disponibilizar foros para discussões entre as diferentes partes interessadas, os membros da OIC podem ampliar significativamente sua capacidade de transformar seu compromisso declarado com a promoção da sustentabilidade em medidas concretas.

VI. Recomendações

A negociação do próximo AIC oferece uma rara oportunidade para fortalecermos o espírito básico da governança participativa que a OIC tem personificado até o presente momento. Uma série de recomendações específicas será apresentada abaixo para ampliar o alcance da organização no sentido



Razões para mudar

de envolver atores não governamentais, bem como para a definição de estratégias específicas visando o desenvolvimento de cadeias de abastecimento sustentáveis em nível internacional.

Recomendação 1: Num esforço para promover o entendimento comum e medidas para garantir a sustentabilidade do setor cafeeiro em nível global, a Organização Internacional do Café deve estabelecer um “Comitê de Sustentabilidade” usando o documento de trabalho da OIC WP Board 960/04 e o Comitê Consultivo do Setor Privado da OIC existente como pontos de referência.

O Art. 39 do AIC atual prevê que os membros devem “levar a gestão sustentável de recursos e do processamento do café na devida consideração à luz dos princípios e objetivos de desenvolvimento sustentável estabelecidos na Agenda 21”.³¹ Nos últimos dois anos, a Diretoria Executiva e o Conselho da OIC têm dedicado cada vez mais tempo à discussão de abordagens da organização em relação a diversas iniciativas em prol da sustentabilidade. Para facilitar ações relacionadas a esse compromisso explícito com a sustentabilidade e em reconhecimento do apelo da Agenda 21 por uma participação ampla no desenvolvimento de estratégias para a sustentabilidade³², o AIC deve disponibilizar um fórum dedicado a oferecer apoio e orientações estratégicas visando a implementação de práticas sustentáveis para os diversos atores envolvidos no setor cafeeiro. Um precedente para o estabelecimento desse órgão consultivo foi aberto no AIC atual com a criação do Conselho Consultivo do Setor Privado.

Em setembro de 2004, a Diretoria Executiva considerou a possibilidade de criar um Comitê de Sustentabilidade.³³ O Documento de Trabalho da Diretoria Executiva no. 960/04 descreve resumidamente uma estrutura que envolve múltiplos atores e equilibra os interesses de países produtores e consumidores ao mesmo tempo em que garante a representação de outros grupos interessados importantes, como:

- Delegados da OIC
- Organizações de agricultores e agricultoras familiares
- ONGs
- Representantes da indústria do café

A singular estrutura participativa mencionada na proposta e suas vinculações com um Fórum do Café Sustentável ampliariam ainda mais o alcance do diálogo da OIC com atores não governamentais do setor cafeeiro e garantiriam, também, a implementação eficiente de práticas sustentáveis na cadeia de abastecimento do produto por meio de uma cooperação público/privada adequada.

Recomendação 2: Num esforço para ampliar o alcance do Conselho Consultivo do Setor Privado no sentido de incluir agricultores e agricultoras familiares entre seus membros, a representação total dos países exportadores deve ser ampliada de oito para 12 membros mediante o acréscimo de um representante de país exportador a cada “grupo de café” especificamente reservado para organizações de agricultores e agricultoras familiares.

O Conselho Consultivo do Setor Privado (PSCB) é atualmente o principal ponto de contato entre o processo decisório intergovernamental e representantes do setor privado. Na sua composição atual, o PSCB permite que importantes interesses industriais sejam expressados. No entanto, embora os agricultores e agricultoras familiares (responsáveis por produzir uma estimativa de 75% do café produzido no mundo) constituam um componente essencial da cadeia de abastecimento, suas organizações não têm oportunidades de participar diretamente das discussões travadas no Conselho.



Razões para mudar

O PSCB oferece uma janela para a troca de informações, estratégias e pontos de vista sobre questões relacionadas ao café entre atores industriais e suas contrapartes governamentais. O Art. 22 (3) do AIC atual especifica que o Conselho será composto por até oito representantes do setor privado de países exportadores e oito representantes do setor privado de países importadores.³⁴ Os oito representantes de países exportadores subdividem-se ainda em grupos de dois, nos quais cada par representa um dos quatro grupos mais importantes de café: suave colombiano; outros cafés do tipo suave; café brasileiro e arábica natural e café robustas. Embora a intenção não seja alterar o equilíbrio entre os direitos de voto, o acréscimo de um terceiro representante de país exportador a cada grupo de café especificamente reservado para organizações de agricultores e agricultoras familiares ajudaria a garantir uma comunicação ampla nas cadeias de abastecimento do setor privado e, portanto, corresponderia mais eficazmente aos objetivos do PSCB.³⁵

Recomendação 3: De acordo com seu mandato de principal organismo responsável pela geração e divulgação de estatísticas globais para o setor cafeeiro, a Organização Internacional do Café deve estabelecer um “observatório do café” na Internet para divulgar dados agregados sobre níveis de preço para cafés diferenciados com base em aspectos geográficos, de “sustentabilidade” e outras condições de produção relacionadas à qualidade do produto.

De acordo com o Art. 1(5) do AIC, um dos principais objetivos da OIC é “atuar como um centro para a coleta, divulgação e publicação de informações, estatísticas e estudos econômicos e técnicos e de atividades de pesquisa e desenvolvimento relacionadas ao café”.³⁶ Até o presente momento, com a exceção de estudos específicos e direcionados, a OIC tem concentrado suas análises estatísticas nas quatro principais categorias de variedades de café. No entanto, à medida que o mercado do café vai ficando cada vez mais diferenciado e cresce principalmente nos segmentos dos cafés especiais e sustentáveis, a disponibilização regular de estatísticas atualizadas e de informações sobre tendências dos preços e da produção nos mercados de cafés *diferenciados* está se tornando cada vez mais importante para o desenvolvimento de estratégias “sustentáveis” de produção para agricultores e países produtores. Informações precisas sobre os preços de cafés diferenciados também são essenciais para a definição de estratégias de longo prazo que garantam a internalização dos custos de produção no mercado.

Muitos dos sistemas de coleta de dados e analíticos da OIC foram criados para satisfazer o enfoque original da organização tendo o café como uma commodity e não são, portanto, adequados para o crescente mercado de cafés diferenciados. Embora a OIC colete dados sobre a exportação de cafés orgânicos, os sistemas estatísticos da organização precisam ser atualizados para coletar dados comerciais e informações sobre os preços de cafés orgânicos e de outros cafés sustentáveis certificados. Além disso, a capacidade da OIC de fazer pesquisas e análises estatísticas deve ser desenvolvida para que ela possa divulgar análises que examinem em que pontos da cadeia de abastecimento os benefícios dos cafés sustentáveis estão sendo usufruídos. A utilização da Internet para divulgar essas informações, juntamente com esforços coordenados entre estados membros e agências doadoras no sentido de desenvolver capacidades adequadas, permitirá que países que são exportadores líquidos de café e organizações de agricultores e agricultoras familiares compreendam melhor os benefícios específicos que podem usufruir em mercados diferenciados e como, se for o caso, eles podem entrar nesses mercados.

Recomendação 4: Visando promover a participação sustentável de agricultores e agricultoras familiares no mercado, a OIC deve trabalhar com seus governos membros, o setor privado e grupos da sociedade civil no sentido de: a) estimular o acesso a créditos por parte de organizações de agricultores e agricultoras familiares; b) estabelecer instrumentos de gerenciamento de risco e ferramentas adequadas para serem usados por agricultores e agricultoras familiares; e c) organizar e administrar uma “câmara de compensação” para divulgar informações sobre projetos de assistência técnica implementados em países membros.



Razões para mudar

A OIC deve também estabelecer um “Fundo de Parceria pela Sustentabilidade” voluntário para facilitar a participação de agricultores e agricultoras familiares no Comitê de Sustentabilidade e no Conselho Consultivo do Setor Privado, além de implementar melhores práticas de gestão e comercialização, promover a diversificação e fortalecer organizações de produtores.

As rápidas mudanças observadas no mercado exigem intervenções de assistência técnica oportunas, bem direcionadas e eficientes. Com o desaparecimento de instituições e recursos locais importantes para atividades de extensão e outras formas de assistência técnica, é cada vez mais necessário que a comunidade internacional formalize compromissos de prestação de uma assistência especificamente concebida para preencher lacunas. A OIC pode não ser a instituição mais adequada para sediar programas assistenciais; no entanto, ela pode promover a participação sustentável de agricultores e agricultoras familiares no mercado facilitando o diálogo entre membros da OIC e doadores, pesquisas e mecanismos ativos de apoio a financiamentos, à gestão de riscos e a redes de assistência técnica.

Além disso, com base nos precedentes abertos no AIC de 1968 (fundo de diversificação), no ICCA de 1994 (fundo para o meio ambiente) e no ITTA (Acordo Internacional sobre Madeiras Tropicais) de 2005 (Fundo de Bali)³⁷, os membros da OIC devem definir uma abordagem eficiente e coordenada para garantir o financiamento da gestão sustentável da cadeia de abastecimento estabelecendo um “Fundo de Parceria pela Sustentabilidade”. Em sintonia com a abordagem baseada em necessidades para a promoção do desenvolvimento sustentável preconizada na Agenda 21, o Fundo deve facilitar a participação de agricultores e agricultoras familiares no Comitê de Sustentabilidade e no Conselho Consultivo do Setor Privado, bem como na implementação de melhores práticas de gestão e comercialização e em ações de diversificação e fortalecimento de organizações de produtores. Os recursos para uma iniciativa dessa natureza poderiam ser levantados por meio de contribuições do setor privado ou público ou de ambos.

VII. Conclusão

O maior reconhecimento da importância da sustentabilidade na produção de café por parte de autoridades governamentais, ONGs, setor privado e consumidores colocou o setor cafeeiro numa encruzilhada. Embora o preço do café tenha melhorado desde o colapso registrado em 2001, os Estados membros da OIC devem reconhecer que agricultores e agricultoras familiares e assalariados e assalariadas rurais ainda carecem dos recursos necessários para tirar proveito das melhores condições do mercado e ainda estão vulneráveis aos altos e baixos desse mercado. Longe de ser complacente, o debate em torno do futuro do AIC oferece uma oportunidade para a promoção de mudanças urgentemente necessárias. Adotando as recomendações apresentadas neste documento, a OIC estaria avançando muito no sentido de que agricultores e agricultoras familiares, assalariados e assalariadas rurais e a sociedade civil pudessem expressar suas preocupações e interesses juntamente com o setor privado. Essas recomendações também podem criar mecanismos para uma melhor divulgação de informações sobre mercados e para a promoção de programas de crédito, gestão de riscos e assistência técnica para agricultores e agricultoras familiares. Incorporando essas medidas ao AIC, a OIC estaria atuando como um catalisador de reformas no setor cafeeiro que promoveriam a sustentabilidade e poderiam melhorar os meios de vida de milhões de agricultores e agricultoras familiares e assalariados e assalariadas rurais em todo o mundo.



Razões para mudar

VIII. Anexo 1: A Carta de Salvador – Declaração de Salvador

Salvador da Bahia, 23 de setembro de 2005.

Senhoras e Senhores participantes da II Conferência Mundial do Café

Nós, agricultores e agricultoras familiares, assalariados e assalariadas rurais, integrantes de cooperativas, sindicalistas, membros de ONGs e acadêmicos de diferentes universidades de quatro continentes, percorremos milhares de quilômetros para nos reunirmos em Salvador em nome de milhões de pessoas que lutam para sobreviver no dia-a-dia e fazer um apelo por um café verdadeiramente sustentável.

Nestes últimos três dias em que estivemos reunidos, pudemos compartilhar nossos problemas, experiências, propostas e sonhos. Percebemos que os sacrifícios que enfrentamos em nossos países são semelhantes. Pudemos também refletir muito sobre nossas condições diante das mudanças ocorridas na produção e comércio do café em nível mundial.

Relembramos que a crise não foi superada. Passado o momento mais duro, muitos e diversos atores manifestam sua preocupação com o que pode acontecer com a produção, industrialização e comercialização do café. Reafirmamos que nossos problemas continuam sem solução.

Para a consolidação de um café verdadeiramente sustentável, a riqueza gerada por ele deve ser distribuída entre todos os que trabalham em sua produção: agricultores e agricultoras familiares, assalariados e assalariadas rurais em atividades permanentes e temporárias, trabalhadores da indústria e do comércio varejista.

Para muitos, a crise seria eliminada simplesmente pela consolidação do atual modelo de produção, baseado em maiores investimentos, na substituição de cultivares já adaptados e num uso mais intensivo de fertilizantes, agrotóxicos e mecanização, visando garantir uma maior produção e produtividade. Esse modelo pressupõe custos inacessíveis para milhões de agricultores familiares, castiga os assalariados rurais e provoca a degradação do meio ambiente. Concentra a produção e a comercialização nas mãos de um pequeno grupo de empresas que não praticam a responsabilidade social ao tomarem decisões que afetam milhões de pessoas, ficando com a maior parte dos benefícios do setor. Esse modelo é, portanto, insustentável.

Os problemas da produção do café são semelhantes aos enfrentados por outros cultivos, como o do açúcar e o do algodão, que também se caracterizam por uma forte concentração do mercado e da renda, agravada pela participação distorcida de capitais especulativos.

O café verdadeiramente sustentável não pode ser considerado exclusivamente com base em critérios econômicos, mas deve, necessariamente, contemplar uma perspectiva ética e política.

Do ponto de vista ético, é necessário garantir os direitos de cidadania das pessoas que oferecem uma contribuição essencial para a geração da riqueza. Esses direitos são: estabilidade de preços; reconhecimento dos esforços para melhoria dos indicadores de proteção do solo e da diversidade biológica por meio de melhores práticas de cultivo, colheita e pós-colheita; e reconhecimento dos direitos básicos dos assalariados e assalariadas rurais, incluindo os direitos fundamentais de associação e de negociação de acordos coletivos, especialmente, dos trabalhadores e trabalhadoras envolvidos em atividades temporárias, que enfrentam as piores condições de trabalho e renda.

Do ponto de vista político, é imprescindível que os governos acordem e implementem políticas públicas que garantam os direitos de todos os assalariados e assalariadas rurais e de todos os agricultores e agricultoras que trabalham na produção do café para que possamos avançar na



Razões para mudar

consolidação de um modelo de desenvolvimento sustentável baseado na segurança e soberania alimentar.

Resumidamente, esperamos que a II Conferência Mundial do Café acolha nossas principais demandas:

Acordo Internacional do Café (AIC): propomos que a renegociação do AIC opte por trabalhar o tema da sustentabilidade dentro da OIC, levando em consideração a perspectiva de todos os atores envolvidos na cadeia produtiva do café, e crie espaços oficiais de representação política direta para organizações de agricultores e agricultoras familiares e de assalariados e assalariadas rurais do café.

Cooperação para o desenvolvimento sustentável: propomos que a OIC coordene o desenvolvimento de projetos para o setor cafeeiro. Os países devem alocar recursos financeiros para o desenvolvimento do setor cafeeiro, principalmente para os países em desenvolvimento. Os compromissos de cooperação para o desenvolvimento do setor devem garantir que os agricultores familiares recebam ajuda diretamente.

Apoio dos países produtores ao setor cafeeiro: propomos que os governos dos países produtores comprometam-se a implementar programas específicos destinados ao setor cafeeiro, beneficiando, especialmente, os agricultores e agricultoras familiares e os assalariados e assalariadas rurais que mais precisam de políticas públicas. O refinanciamento de dívidas agrícolas deve ser garantido e fundos devem ser criados para disponibilizar créditos a taxas de juros compatíveis para capital de giro e investimentos, programas de formação e capacitação para agricultores e assalariados no sistema de produção, beneficiamento e comercialização devem ser apoiados e o acesso a informações sobre mercados e a inserção da produção da agricultura familiar nos mercados devem ser garantidos. Os governos devem, também, ratificar, divulgar e assegurar o efetivo cumprimento de todas as Convenções vigentes da OIT, especialmente da Convenção 184. Por último, propomos que sejam incentivadas e apoiadas iniciativas de debate e coordenação política entre países produtores voltadas ao estabelecimento de bases para um comércio com justiça entre as nações.

Nos comprometemos a manter este diálogo, apresentando nossas dificuldades e propostas de solução, e envidaremos nossos maiores esforços nesse sentido.

CONTAG/FETAGS, Brasil
Karnataka Growers Federation, Índia
Oromia Cooperative Union, Etiópia
Sidamo Cooperative Union, Etiópia
Junta Nacional del Café, Peru
FEDECOCAGUA, Guatemala
Foro del Café, El Salvador

Frente Solidario, América Central
Global Alliance on Commodities and Coffee - GLACC
União Internacional dos Trabalhadores da Alimentação e Agricultura – UITA/REL
Koffie Coalitie - Países Baixos
Oxfam Internacional



Razões para mudar

IX. Anexo 2: Proposta para o Estabelecimento de um Comitê de Sustentabilidade da OIC, Documento de Trabalho da Diretoria Executiva no. 960/04

Este documento foi originalmente redigido com base em consultas com partes interessadas, em sintonia com as diretrizes de um documento interno circulado pela Secretaria da OIC para o Estabelecimento de um Comitê de Sustentabilidade. A Parceria do Café Sustentável apresentou uma versão anterior ao Conselho em setembro de 2004.³⁸ Esta versão foi revisada em 22 de abril de 2005 à luz dos comentários obtidos da Diretoria Executiva da OIC.

Proposta Revisada para o Estabelecimento de um Comitê de Sustentabilidade da OIC

Histórico

1. Um objetivo-chave da Organização Internacional do Café (OIC) é desenvolver uma economia cafeeira sustentável. O Artigo 39 do Acordo Internacional do Café prevê o compromisso específico da Organização de promover os princípios do Rio para o desenvolvimento sustentável e o processo da Agenda 21.
2. Paralelamente aos esforços da OIC no sentido de promover o desenvolvimento sustentável do setor cafeeiro, observou-se, nas últimas duas décadas, o surgimento de diversas iniciativas voluntárias privadas e públicas em prol da sustentabilidade. O crescimento e a multiplicação dessas iniciativas terão impactos crescentes para produtores e outras partes interessadas na cadeia de abastecimento em todo o mundo e, portanto, merecem atenção por parte de todos os membros da OIC.
3. Por ser a principal organização responsável pela coordenação, divulgação de informações e desenvolvimento de políticas para o setor cafeeiro, a OIC tem um papel crucial a desempenhar na coordenação do desenvolvimento, orientação e promoção de esforços em prol da sustentabilidade em todo o setor. O que se propõe, portanto, é que a OIC estabeleça um Comitê de Sustentabilidade para formalizar o entendimento, a colaboração e a coordenação entre iniciativas existentes e prestar assessoria e orientação à OIC e à comunidade envolvida na formulação de políticas visando garantir a igualdade e a eficácia do crescente conjunto de iniciativas voluntárias.

Ação

Solicitamos que a Diretoria Executiva considere esta proposta.

1. Objetivos do Comitê

O Comitê teria os seguintes objetivos gerais:

- Promover a redução de imperfeições mercadológicas, para que os produtores de café possam alcançar um nível básico de sustentabilidade econômica.
- Promover relações empregatícias que observem as convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a legislação local.
- Promover práticas de produção ambientalmente sustentáveis.

O Comitê deve também ter os seguintes específicos mais objetivos:



Razões para mudar

- Disponibilizar um fórum equitativo e transparente para debates entre múltiplas partes interessadas para orientar o desenvolvimento de políticas e um intercâmbio de informações visando a promoção de uma economia cafeeira sustentável em nível global.
- Desenvolver estratégias coordenadas em nível global para promover a produção e o comércio sustentáveis em todo o setor cafeeiro.
- Desenvolver sinergias e promover a eficiência da colaboração entre todas as partes interessadas e iniciativas em prol da sustentabilidade.
- Garantir que o maior número possível de produtores receba, no mínimo, um preço/salário suficiente para cobrir os custos de produção, de vida e ambientais básicos.

2. Descrição Resumida da Estrutura do Comitê

Para garantir a representação mais equitativa possível e a presença de um grupo eficiente e viável de representantes de partes interessadas, propomos a seguinte estrutura para o Comitê:

Grupo	Representação
1. Diretor Executivo da OIC	1, o Diretor Executivo e seus representantes designados do pessoal da organização, inclusive da Unidade Gestora
2. Presidente e Vice-Presidente Eleitos ³⁹	1 + 1 pessoa eleita pelo Comitê para presidir o Comitê
3. Membros Exportadores da OIC	2 + 2 suplentes
4. Membros Importadores da OIC	2 + 2 suplentes
5. Indústria Cafeeira (Produtora e Consumidora)	2 + 2 suplentes
6. Comércio do Café (Produtor e Consumidor)	2 + 2 suplentes
7. ONGs	2 + 2 suplentes
8. Organizações de agricultores e agricultoras familiares	2 + 2 suplentes
9. Organizações intergovernamentais	2 + 2 suplentes

Os membros do comitê seriam selecionados por meio de um processo de nomeações/eleições a partir de estruturas existentes da OIC e de um Fórum do Café Sustentável anual organizado sob os auspícios da Parceria do Café Sustentável/Comitê de Sustentabilidade da OIC.

- O Presidente e Vice-Presidente (Grupo 2) seriam eleitos pelos outros membros do Comitê.
- Os Membros da OIC (Grupos 3 e 4) seriam designados pelo Conselho em suas sessões regulares.
- Os representantes da indústria (Grupos 5 e 6) seriam indicados pelo Conselho Consultivo do Setor Privado da OIC.
- Os representantes da sociedade civil e organizações intergovernamentais (Grupos 7-9) seriam eleitos no Fórum do Café Sustentável anual, que é um evento do qual participam múltiplas partes interessadas.

Os representantes e seus suplentes estariam sujeitos aos mesmos processos de seleção para um mandato de dois anos e seus mandatos seriam alternados de modo que não mais do que a metade dos membros seria eleita em qualquer ano.



Razões para mudar

3. Funções Gerais do Comitê

O Comitê de Sustentabilidade atuaria como um órgão assessor e consultivo junto à OIC e emitiria recomendações para o Conselho nas áreas de sua competência. O Comitê também atuaria como um fórum para o desenvolvimento de políticas e a orientação de projetos visando garantir a sustentabilidade do setor cafeeiro em nível global. Exemplos de atividades que poderiam ser desempenhadas pelo Comitê:

- O Comitê poderia definir posições políticas estratégicas em relação a questões de sustentabilidade para consideração por parte do Conselho (e outros órgãos).
- O Comitê poderia definir padrões básicos para a transparência e o intercâmbio de informações entre todas as iniciativas voluntárias existentes.
- O Comitê poderia identificar um grupo central de áreas focais para o desenvolvimento de projetos visando apoiar a sustentabilidade do setor cafeeiro mais eficazmente (projetos de desenvolvimento de capacidades).

Em circunstâncias normais, o Comitê não se envolveria diretamente na implementação de projetos, mas assessoraria o seu desenvolvimento. A implementação dos projetos ficaria a cargo de partes individuais, grupos de trabalho compostos por especialistas/partes interessadas e outros órgãos de políticas vinculados ao Comitê. Embora a identificação de prioridades estratégicas formais precisasse ser uma atividade a cargo do próprio Comitê, o Apêndice 1 [do documento *WP Board 960/04* original] lista prioridades estratégicas identificadas no contexto da Parceria do Café Sustentável que *podem* ser adequadas para o Comitê também.

O Comitê se reuniria de duas a quatro vezes por ano paralelamente a outras reuniões da OIC, enquanto seus subcomitês poderiam ter reuniões mais frequentes, que seriam principalmente realizadas por meios eletrônicos.

4. Relação Estrutural entre o Comitê e Iniciativas Existentes

Para garantir maiores economias de escala e a maior eficiência possível, o Comitê e suas atividades precisariam estar formalmente integrados a esforços globais existentes. Um possível formato organizacional para integrar o Comitê de Sustentabilidade da OIC a esforços globais existentes será apresentado abaixo, observando-se as seguintes restrições:

- As funções do Comitê precisarão ser apoiadas por uma Unidade Gestora/Secretaria. As tarefas específicas do Comitê e o número necessário de funcionários da Unidade Gestora dependerão da relação estrutural final entre o Comitê e as plataformas existentes das múltiplas partes interessadas.
- A organização do Fórum do Café Sustentável proposto deve ser definida em coordenação direta com o Comitê de Sustentabilidade, visando garantir um mecanismo adequado para a eleição dos membros do comitê.
- Espera-se que o Comitê venha a trabalhar em regime de estreita cooperação com a Parceria do Café Sustentável e seus respectivos grupos de trabalho.⁴⁰ Será necessário, em um nível ou outro, estabelecer subcomitês técnicos para o desenvolvimento e implementação de projetos específicos e temas para projetos relacionados ao desenvolvimento de capacidades para a observância de normas, pesquisas, financiamentos e intercâmbio de informações.
- Embora oportunidades para promover uma convergência adequada entre as atividades do Comitê e o Código Comum devam ser maximizadas, o processo de administração e



Razões para mudar

implementação de normas no âmbito do Código Comum continuará a ser uma atividade independente do trabalho do Comitê.

5. Requisitos para Financiamentos

Os requisitos de financiamento para o Comitê variariam de acordo com seu nível de atividade e mandato. As opções apresentadas a seguir são possíveis, segundo as três estruturas propostas:

- Financiamento de reuniões separadas do Comitê de Sustentabilidade apenas: custo estimado de US\$25.000 por ano.
- Financiamento de reuniões do Comitê e da Unidade Gestora da Parceria: custo estimado de US\$155.000 por ano.
- Financiamento do Fórum do Café Sustentável anual (US\$75.000 por ano).

O financiamento estimado para o Comitê de Sustentabilidade contempla despesas para a contratação de um profissional para a Parceria e de um Secretário e suas despesas de viagem, comunicações, computadores e mobiliário, bem como despesas de viagem para um produtor e para participantes de ONGs em reuniões do Comitê. Esse pessoal poderia, obviamente, trabalhar nas dependências da OIC também. A estimativa para o Fórum do Café Sustentável contempla o financiamento de despesas de viagem e estadia para 25-30 produtores/representantes de ONGs e três meses de salários de pessoal de apoio com o Fórum ocorrendo nas dependências da OIC (ou de uma outra convenção importante sobre temas relacionados ao café). Os custos seriam mais altos se a(s) Unidade(s) Gestora(s) e o Fórum funcionassem fora das dependências da OIC.

Recursos adicionais seriam necessários para projetos específicos implementados no âmbito do Comitê e de suas Unidades Gestoras.

Dependendo do formato considerado, os recursos para o Comitê poderiam ser levantados por meio de uma combinação dos seguintes elementos: contribuições diretas de países doadores; contribuições de empresas; receitas do Fórum do Café Sustentável e/ou receitas geradas por projetos desenvolvidos por meio do Comitê.

Razões para mudar

X. Anexo 3: Estrutura Recomendada para um Conselho Consultivo do Setor Privado Ampliado

O quadro abaixo ilustra a estrutura recomendada para um Conselho Consultivo do Setor Privado (PSCB) ampliado. Ele mostra os membros regulares e suplentes de 2005 e acrescenta um representante de uma organização de agricultores e agricultoras familiares para cada subcategoria de membro exportador.

Membros do PSCB, 2005 (suplentes em itálico)	
<p>MEMBROS EXPORTADORES</p> <p>Suave colombiano</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Asociación de Exportadores de Café de Colombia (ASOEXPORT)</i> • <i>Sociedad Exportadora de Café de las Cooperativas de Caficultores (EXPOCAFE)</i> • <i>Federación Nacional de Cafeteros de Colombia</i> • <i>Eastern African Fine Coffees Association (EAFCA)</i> • REPRESENTANTE DE UMA ORGANIZAÇÃO DE AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES <p>Outros cafés do tipo suave</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Confederación Mexicana de Productores de Café</i> • <i>Organización Centroamericana de Exportadores de Café (ORCECA)</i> • <i>Asociación Nacional del Café (ANACAFÉ)</i> • <i>Coffee Exporters Association of India</i> • REPRESENTANTE DE UMA ORGANIZAÇÃO DE AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES <p>Café brasileiro e outros cafés do tipo arábica natural</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conselho de Exportadores de Café Verde do Brasil (CECAFÉ) • <i>Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel (ABICS)</i> • <i>Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC)</i> • Conselho Nacional do Café (CNC) • <i>Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)</i> • REPRESENTANTE DE UMA ORGANIZAÇÃO DE AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES <p>Robustas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Association of Indonesian Coffee Exporters (AEKI) • <i>Uganda Coffee Trade Federation (UCTF)</i> • <i>Vietnam Coffee-Cocoa Association (VICOFA)</i> • <i>Cocoa and Coffee Interprofessional Board (CICC)</i> • REPRESENTANTE DE UMA ORGANIZAÇÃO DE AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES 	<p>MEMBROS IMPORTADORES</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>All Japan Coffee Association (AJCA)</i> • <i>Association des Fabricants de Café Soluble (AFCASOLE)/ European Federation of Associations of Coffee Roasters (EUCA)</i> • <i>Committee of the European Coffee Associations (CECA)</i> • <i>European Coffee Federation (ECF)</i> • <i>Institute for Scientific Information on Coffee (ISIC)</i> • <i>National Coffee Association of U.S.A. (NCA)</i> • <i>Coffee Association of Canada</i> • <i>Specialty Coffee Association of America (SCAA)</i> • <i>Specialty Coffee Association of Europe (SCAE)</i>



Razões para mudar

XI. Anexo 4: O Fundo de Bali da ITTA como um Modelo para um “Fundo de Parceria pela Sustentabilidade”

O Acordo Internacional sobre Madeiras Tropicais (ITTA) de 2006 estabeleceu o Fundo de Bali, um fundo voluntário que apoiará esforços de promoção da sustentabilidade na produção florestal. O Fundo de Bali pode ser usado como um modelo para o estabelecimento de um Fundo de Parceria pela Sustentabilidade na OIC, proposto para facilitar a participação de agricultores e agricultoras familiares no Comitê de Sustentabilidade e no Conselho Consultivo do Setor Privado e a implementação de melhores práticas de gestão e comercialização, diversificação e fortalecimento de organizações de produtores. Como o Fundo de Bali, o Fundo de Parceria pela Sustentabilidade da OIC poderia angariar recursos junto a seus membros, ao setor privado e a outras fontes. O texto da ITTA de 2006 que estabelece o Fundo de Bali é o seguinte:

Artigo 21⁴¹—O FUNDO DE BALI

1. Fica estabelecido um Fundo para o manejo sustentável de florestas produtoras de madeira tropical para ajudar membros produtores a fazer os investimentos necessários para a consecução do objetivo do artigo 1 (d) do presente Acordo.
2. O Fundo será constituído por:
 - (a) Contribuições de membros doadores;
 - (b) Cinquenta por cento das receitas auferidas de atividades relacionadas à Conta Especial;
 - (c) Recursos de outras fontes privadas e públicas que a Organização considere compatíveis com suas normas financeiras; e
 - (d) Outras fontes aprovadas pelo Conselho.
3. Os recursos do Fundo só serão alocados pelo Conselho a pré-projetos e projetos aprovados em conformidade com os artigos 24 e 25 voltados para os propósitos previstos no parágrafo 1 do presente artigo.
4. Ao alocar recursos do Fundo, o Conselho estabelecerá critérios e prioridades para seu uso, levando em consideração o seguinte:
 - (a) As necessidades de membros por assistência para lograr exportações de madeira tropical e produtos madeireiros extraídos de fontes manejadas de forma sustentável;
 - (b) As necessidades de membros para estabelecer e administrar programas de conservação significativos em florestas produtoras de madeira; e
 - (c) As necessidades de membros para implementar programas voltados para o manejo sustentável de florestas.
5. O Diretor Executivo prestará assistência no desenvolvimento de propostas de projetos em conformidade com o disposto no artigo 25 e procurará garantir, nos termos e condições acordados pelo Conselho, financiamentos adequados e seguros para projetos aprovados pelo Conselho.
6. Os membros se empenharão no sentido de manter os recursos disponíveis no Fundo de Bali em níveis adequados para a consecução de seus objetivos.



Razões para mudar

7. O Conselho verificará a adequabilidade dos recursos disponíveis ao Fundo a intervalos regulares e se empenhará para obter recursos adicionais que membros produtores possam precisar para alcançar os propósitos do Fundo.



Razões para mudar

¹ Veja o anexo 1.

² OXFAM GB, *The Coffee Market: A Background Study* (OXFAM, 2001), pag. 1.

³ Centro Internacional do Comércio, *Coffee: An Exporter's Guide*. (ITC, 2002), pag. 3.

⁴ Há muito tempo, sabe-se que o acesso a financiamentos é um elemento-chave para a definição de estratégias sustentáveis de produção para produtores de café. Os financiamentos podem desempenhar um papel crucial na estabilização do fluxo de caixa de agricultores, além de proporcionar capital para investimentos na diversificação. Veja OXFAM, *The Crisis Continues* (2005) pags. 10 a 13.

⁵ Embora as organizações de produtores possam oferecer espaços importantes para uma representação democrática e equitativa e para o desenvolvimento da infra-estrutura, o relativo isolamento de muitos agricultores e agricultoras familiares de café frequentemente impõe custos de transação proibitivamente altos para uma participação efetiva nessas organizações.

⁶ Um levantamento de cafezais realizado na Guatemala, por exemplo, revelou que nenhum deles pagava o salário mínimo previsto no país e que a maioria não chegava a pagar sequer a metade desse salário. Bart Ensing, *The viability of a code of conduct in the coffee sector in Guatemala, Fair Trade Organization*, julho de 2000; O governo guatemalteco considera o salário mínimo suficiente para satisfazer 40% das necessidades básicas dos trabalhadores. No entanto, o trabalho infantil é amplamente usado em cafezais em alguns países. No Quênia, por exemplo, estima-se que 30% dos colhedores de café têm menos de 15 anos de idade. Veja Oxfam, nota *supra* 1 nas pags. 11-12. Há relatos de que as condições de moradia nesses cafezais não satisfazem os requisitos nacionais. GTZ, *Working and Living Conditions in Large Scale Coffee Production in Latin America* acessado em [http://www.die-gdi.de/DIE_Homepage.nsf/ViewAttach/51EFF03B641F9792C1256C2F0029A34E/\\$File/Summary-e2.pdf?OpenElement](http://www.die-gdi.de/DIE_Homepage.nsf/ViewAttach/51EFF03B641F9792C1256C2F0029A34E/$File/Summary-e2.pdf?OpenElement).

⁷ USAID, Comentários de Adolfo A. Franco, 31 de dezembro de 2002. http://www.usaid.gov/press/spe_test/speeches/2002/sp311202.html

⁸ Diferentes formas de produção de café formam um gradiente de sistemas de cultivo ao sol e à sombra. Pelo menos cinco tipos gerais de sistemas de produção de café foram identificados: tradicional; policultura tradicional; policultura comercial; monocultura à sombra e ao sol. Os sistemas 'tradicional' e de 'policultura tradicional' usam as copas originais das florestas, enquanto a monocultura comercial e à sombra usam mecanismos de sombreamento comercialmente introduzidos. Veja Merle D. Faminow e Eloise Ariza Rodriguez, *Bio-diversity of Flora and Fauna in Shaded Coffee Systems*. (CEC, 2001).

⁹ A taxa média de conversão para a monocultura à sombra e a produção ao sol do café para a região norte da América Latina como um todo foi estimada em 40%. Na América Latina, foi observada uma redução de 50% na biodiversidade aviária em locais que optaram pelo cultivo ao sol. Além de aumentar a erosão do solo, a perda de florestas associada ao cultivo ao sol e à monocultura reduz a taxa geral de seqüestro de carbono. Estima-se que a mudança de sistemas "diversificados à sombra" para sistemas de "monocultura à sombra" tenha diminuído a taxa de seqüestro de carbono em 30% a 50% na América Latina. Rice, R. e J. Ward, *Coffee, Conservation, and Commerce in the Western Hemisphere*. (Conselho de Defesa dos Recursos Naturais e Centro Smithsonian dos Pássaros Migratórios. Washington, DC, 1996). A diferença entre a capacidade de seqüestro de carbono do café produzido em regime de monocultura à sombra e do produzido sob a sombra de florestas é que a daquele é duas vezes inferior à deste. PROCAFE, *Differentiating Salvadorian Coffee*, documento apresentado ao Banco Mundial em outubro de 2001, citado em Kristina Sorby, documento básico da Nota 30 do *World Bank Agricultural Technology, Toward more sustainable coffee* (Banco Mundial, 2002).

¹⁰ Uma pesquisa encomendada pelo CNUCED (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) sobre os efeitos ambientais da produção de café da Costa do Marfim concluiu que o café contribuiu muito para reduzir a área de florestas do país de 16 para 3 milhões de hectares. Denis Ouhoble Seudieu, *L'impact de la production et de la transformation du café, du cacao et du riz sur l'environnement en cote d'ivoire*. (CNUCED, 1993) CNUCED/COM/24.

¹¹ Atualmente, o café é cultivado em 13 das 25 áreas mais importantes e vulneráveis em termos de biodiversidade do mundo. Halweil B. (2002) "Why Your Daily Fix Can Fix More than Your Head." *World Watch* Vol. 15. No. 3, maio/junho de 2002.

¹² O uso de agrotóxicos sem uma regulação adequada também ameaça agricultores e outros residentes de áreas rurais por expô-los a substâncias tóxicas que se depositam na água que consomem. Num caso registrado em 1987, mais de 200 pessoas adoeceram após consumirem água potável contaminada por pesticidas e fertilizantes no estado mexicano de Jalisco, situado na região oeste do país. Ivan Restrepo, 1992 *Los Plaguicidas en México* (México, D.F.: Comisión Nacional de Derechos Humanos), pags. 126-127, 130. O uso de fertilizantes nitrogenados na Costa Rica foi associado a níveis insalubres de poluição do lençol freático. Níveis acima dos definidos como aceitáveis pela Organização Mundial da Saúde foram documentados na Costa Rica. Olman Segura B. e Jenny Reynolds, "Environmental Impact of Coffee Production and Processing in El Salvador and Costa Rica," (Genebra: Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Meio Ambiente, CNUCED/COM/20, 27 de agosto de 1993), pags. 15-16.

¹³ Giovannucci, *The State of Sustainable Coffee: A Study of 12 Major Markets* (IISD, Banco Mundial, OIC—2003)

¹⁴ Giovannucci. Nota acima 13 pags. 60- 69. O *Fair Trade*, a *Organic*, a *Utz Kapeh* e a *Rainforest Alliance* são sistemas de certificação de cafés sustentáveis desenvolvidos para agregar valor ao café pela diferenciação do produto. Ao fazerem isso, esses sistemas procuram criar incentivos para uma produção sustentável.



Razões para mudar

¹⁵ Um estudo encomendado pelo DFID sobre o movimento pelo Comércio Justo concluiu que um de seus impactos mais importantes para os produtores foi o papel que ele desempenhou na cadeia de abastecimento no sentido de disponibilizar informações atualizadas sobre mercados. Veja Oxford Policy Management, *Fair Trade: Overview, Impacts, Challenges*. (2001) pag. 27.

¹⁶ As iniciativas em prol da sustentabilidade exigem cadeias de abastecimento altamente organizadas devido à sua rastreabilidade, monitoramento e requisitos de execução. O desenvolvimento da estrutura necessária de informações pode reduzir ineficiências na cadeia de abastecimento.

¹⁷ Por um lado, o fato de os produtores exigirem uma determinada infra-estrutura básica para terem acesso a “mercados sustentáveis” funciona como um incentivo à organização. Reconhecendo essa necessidade, a maioria das iniciativas em prol da sustentabilidade complementam seus requisitos “administrativos” com esforços para facilitar parcerias que possibilitem assistência técnica e o desenvolvimento da infra-estrutura. Por exemplo, organizações como a *Green Development Foundation*, *Solidaridad* e a Fundação Sara Lee criaram a “Rede de Apoio ao Café” para apoiar a adoção das diretrizes definidas pela Fundação *Utz Kapeh* por parte de produtores rurais.

¹⁸ Embora as práticas ambientais variem de uma iniciativa a outra, os requisitos típicos de observância incluem os seguintes: cobertura de sombra, conservação da água, conservação de florestas e o uso racional ou a eliminação de produtos químicos sintéticos.

¹⁹ Os padrões essenciais da OIT constituem a base de muitos padrões de sustentabilidade adotados no setor cafeeiro atualmente.

²⁰ O Centro de Pesquisas sobre Mercados Sustentáveis (CIMS) estima que os produtores latino-americanos de café tiveram lucros de US\$0,05 a US\$0,60 por libra (0,45 kg) do café que venderam em mercados sustentáveis. Veja Andres Villalobos, *Prices and Premiums for Certified Coffees* (CIMS, 2005). Os lucros efetivos variam muito entre as diferentes iniciativas e de acordo com os preços de mercado. Lucros mais altos podem também ser obtidos por uma maior eficiência na produção.

²¹ Alguns sistemas, como o sistema de boas práticas para o setor cafeeiro adotado pelo grupo Starbucks (*Starbucks CAFE Practices*), incluem opções pela “condição de fornecedor preferencial” com base na adoção de práticas preferidas. Devido aos requisitos de rastreabilidade e confiança impostos para garantir uma implementação eficaz desses mecanismos, observa-se uma tendência mais forte no sentido de que os produtores façam suas transações diretamente com compradores e torrefadoras por meio de relações de longo prazo. Práticas social e ambientalmente responsáveis também reduzem a instabilidade social e ambiental, gerando impactos concomitantes na estabilidade econômica.

²² A maioria das iniciativas baseia-se em estruturas de governança que operam independentemente de processos decisórios tradicionais da cadeia de abastecimento (por exemplo, decisões baseadas em elos-chave da cadeia que impulsionam suas atividades) e, por essa razão, elas *podem* oferecer oportunidades singulares para que atores economicamente desprivilegiados exerçam uma influência mais direta em processos decisórios dessa cadeia. O acesso a essa oportunidade é freqüentemente difícil para produtores que não têm uma representação organizacional forte e recursos (veja abaixo).

²³ Atualmente, temos muito poucas pesquisas objetivas que avaliem os custos e benefícios da aplicação de diferentes sistemas.

²⁴ Cada sistema de sustentabilidade implica custos de certificação e monitoramento, além dos custos normais da produção. O fato de diferentes sistemas terem diferentes requisitos administrativos pode tornar múltiplas certificações inviáveis para muitos produtores.

²⁵ Ser membro de um grupo de produtores bem organizado é quase que um pré-requisito para a participação em iniciativas em prol de uma cadeia de abastecimento sustentável. Os produtores que não são filiados a uma organização podem ser sistemicamente excluídos desses sistemas.

²⁶ Embora os consumidores estejam dispostos a pagar mais por práticas “sustentáveis” até certo ponto, não há qualquer indício de que essa disposição se equipare aos seus custos efetivos. A teoria econômica prevê que os consumidores subestimarão bens públicos por meio de decisões econômicas racionais em mercados imperfeitos. Veja, por exemplo, P. A. Samuelson, “The Pure Theory of Public Expenditure,” *Review of Economics and Statistics*, 36, 387-9. Veja também R. Musgrave, *The Theory of Public Finance—A Study in Public Economy*, (Nova Iorque: McGraw Hill, 1959), pag. 8.

²⁷ Uma participação efetiva em mercados internacionais e discussões sobre políticas internacionais em prol da sustentabilidade exige recursos administrativos significativos que não são incluídos no mecanismo de preços.

²⁸ Um exemplo mais recente da abordagem macroeconômica do AIC pode ser encontrado nas Resoluções 407 e 420, que estabelecem um padrão de qualidade para exportações internacionais visando reduzir a oferta e promover a demanda do produto de um modo geral, elevando, assim, os preços do café no mercado internacional.

²⁹ Capítulo 14 da Carta de Havana, seção *Restoration of World Trade*, nota 22 citada acima, pag. 525. Na década de 1990, havia algum interesse explícito na possibilidade de se estabelecer “Acordos Ambientais Internacionais Relacionados a Produtos Primários” (ICREAs) como um mecanismo concebido para combinar abordagens macro e microeconômicas em prol do desenvolvimento sustentável. Seguindo a abordagem integrada ao desenvolvimento sustentável, pode ser útil conceitualizar Acordos Internacionais sobre Produtos Primários como “Acordos sobre Produtos Primários Sustentáveis” — ou seja, acordos que usam os Princípios e a Declaração do Rio como diretrizes gerais para a cooperação internacional num determinado setor de produtos primários. Essa abordagem contextualiza a análise que fazemos abaixo.



Razões para mudar

³⁰ O Art. 1(6) do AIC de 2001 especifica que um dos objetivos do acordo é “estimular os membros a desenvolver uma economia sustentável para o setor cafeeiro”. O Art. 39 do AIC de 2001 declara que: “Os Membros devem levar a gestão sustentável dos recursos e do processamento do café na devida consideração, à luz dos princípios e objetivos de desenvolvimento sustentável estabelecidos na Agenda 21, acordada na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro em 1992.” AIC, 2001.

³¹ Art. 39, AIC 2001. A Agenda 21 foi adotada por Governos na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro, Brasil, em 1992. A Agenda 21 é um plano de ação que define como as nações do mundo podem alcançar um desenvolvimento sustentável até o século XXI.

³² Além de enfatizarem a necessidade da governança participativa para garantir o desenvolvimento sustentável, os parágrafos 23.1 e 23.2 da Agenda 21 salientam também a “necessidade de se estabelecer *novas formas* de participação”. CNUMAD, *Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, Anexo II — Agenda 21 A/CONF.151/26*, 12 de agosto de 1992.

³³ *Proposal for an ICO Sustainability Committee*, Documento de Trabalho da Diretoria Executiva no. 960/04 (17 de setembro de 2004). Veja o anexo 2, que apresenta uma versão atualizada dessa proposta.

³⁴ Art. 22, AIC 2001.

³⁵ Veja o anexo 3, que apresenta uma representação gráfica dessa proposta com base nos membros do PSCB em 2005.

³⁶ Art. 1(5), AIC 2001. O papel da OIC como geradora e divulgadora de informações também está explicitamente previsto no Art. 1(4) e 29 do Acordo.

³⁷ CNUCED, *Preparation of a Successor Agreement to the International Tropical Timber Agreement*, 1994 TD/IMBER.3L.6 (5 de outubro de 2005). Veja o anexo 4 para ler o texto do ITTA que descreve o Fundo de Bali.

³⁸ O documento original, *WP Board 960/04*, pode ser encontrado no link <http://lists.iisd.ca:81/read/attachment/23056/1/ICO%20Sustainability%20Committee%20Proposal.pdf>.

³⁹ Os Termos de Referência para o Presidente poderiam especificar uma preferência por Presidentes oriundos de regiões não representadas de outra maneira. A estrutura proposta deve servir apenas de base para discussões. A estrutura efetiva de um comitê dessa natureza deve, obviamente, estar sujeita a discussões no Conselho da OIC e à sua aprovação.

⁴⁰ A incorporação da Parceria do Café ao Comitê proposto pode ser uma opção a ser considerada.

⁴¹ A versão completa do Acordo Internacional sobre Madeiras Tropicais está disponível no site <http://www.unctad.org/Templates/meeting.asp?intItemID=2068&lang=1&m=11153&info=doc>.

© das organizações listadas na capa deste documento, abril de 2006.

O texto do documento pode ser usado gratuitamente para fins de advocacy, campanhas, educação, e pesquisas, desde que a fonte seja reconhecida na íntegra. Os titulares dos direitos autorais solicitam que todas as utilizações dessa natureza sejam registradas em seus arquivos para que eles possam avaliar seus impactos. Para cópias do documento em quaisquer outras circunstâncias, para seu uso em outras publicações ou para fins de tradução ou adaptação, será necessário solicitar a permissão dos titulares dos direitos autorais. E-mail info@oxfamamerica.org

Para informações no Brasil, fazer contato com: contag@contag.org.br ou brasilia@oxfam.org.br